

COEDUCAÇÃO E GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA¹

Simeir Viana Maracas²

RESUMO

O presente Artigo refere-se a um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, vinculado ao Instituto de Educação a Distância (IEAD), Polo de São Francisco do Conde, intitulado “Coeducação e gênero: a construção das relações de gênero na escola”, cujo escopo é compreender a importância da escola na construção das relações de gênero. Este artigo se constituiu a partir da compreensão das relações de gênero na escola, questionando as desigualdades e expectativas criadas com base em concepções estereotipadas de gênero. Para tanto, sua perspectiva metodológica está ancorada a partir das postulações da Pesquisa Bibliográfica. Como aporte teórico ele está alicerçado nas perspectivas epistemológicas publicadas por Guacira Lopes Louro (1997) em “Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista”, Chimamanda Ngozi Adichie (2015) em “Sejamos todos feministas” Daniela Auad (2021) em “Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola, Heleieth Saffioti (1987) em “O poder do macho”. A partir desta lente analítica, estabelecemos uma reflexão sobre a temática proposta que nos conduziram aos resultados deste estudo que apontam para analisar as práticas e situações escolares que venham contribuir para transformar o aprendizado da separação em vivência de aproximação, onde os/as estudantes coexistam sem desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Identidade de gênero na educação. Sexismo na educação.

ABSTRACT

This article refers to a Course Completion Work (TCC) of the specialization in Gender, Diversity and Human Rights, by the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony, linked to the Distance Education Institute (IEAD), Pole of São Francisco do Conde, entitled “Coeducation and gender: the construction of gender relations at school”, whose scope is to understand the importance of the school in the construction of gender relations. This article was constituted from the understanding of gender relations at school, questioning the inequalities and expectations created based on stereotyped conceptions of gender. Therefore, its methodological perspective is anchored from the postulations of Bibliographic Research. As a theoretical contribution, it is based on the epistemological perspectives published by Guacira Lopes Louro (1997) in “Gender, sexuality and education. A poststructuralist perspective”, Chimamanda Ngozi Adichie (2015) in “Let us all be feminists” Daniela Auad (2021) in “Educating girls and boys: gender relations in school, Heleieth Saffioti (1987) in “The power of the male”. From this analytical lens, we established a reflection on the proposed theme that led us to the results of this study that point to analyzing school practices and situations that will contribute to transforming the learning of separation into an experience of approximation, where students coexist without gender inequalities.

Keywords: Gender identity in education. Sexism in education.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Josué Leite dos Santos.

² Pedagoga pela Faculdade Zacarias de Góes-FAZAG. Atua como coordenadora pedagógica na Educação Básica e, atualmente é pós-graduanda do Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos e direitos Humanos pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende refletir as relações de gênero no contexto das escolas brasileiras que, enquanto instituições responsáveis pela educação formal dos/as estudantes, constitui-se como um espaço de reprodução dos padrões heteronormativos, sobretudo, no que se refere à desigualdade de gênero, o machismo e a homofobia.

Diante desse contexto, como a escola pode contribuir na construção de relações de gênero coeducativas?

Buscando compreender a importância da escola na construção das relações de gênero, trarei através dos referenciais consultados o conceito de gênero enquanto categoria analítica. A partir da compreensão do conceito de gênero, serão fundamentadas as discussões sobre a socialização dos/das alunos/as na escola, propondo uma análise crítica das práticas pedagógicas e ações que com foco no respeito à diversidade e a desconstrução dos estereótipos de gênero baseados nas diferenças biológicas.

A escolha da temática “Coeducação e gênero: a construção das relações de gênero na escola”, parte do meu anseio enquanto professora de que a escola seja um lugar de formação e desenvolvimento humano. Considerando que as diferenças existentes no ambiente escolar não podem refletir desigualdade de direitos e oportunidades, mas que a escola deve pautar suas ações a partir do princípio da equidade, reconhecendo as características e especificidades de cada gênero afim de construir um ambiente inclusivo para todos/as estudantes.

Por esse motivo considere a importância de trazer para a construção desta pesquisa o livro *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola* de Daniela Auad, no qual a autora argumenta que a existência de escolas mistas, por si só, não elimina as desigualdades de gênero, mas defende a implementação de uma política de coeducação:

ao utilizar o termo coeducação, refiro-me a um modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Trata-se uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aula e nos jogos e nas brincadeiras dos pátios. (AUAD, 2021, p.79)

Daniela Auad aponta estratégias que demonstram o papel da escola na construção de relações igualitárias gênero para alcançarmos uma coeducação, pautada no respeito às diversidades que coexistem no ambiente escolar.

Dentre o conjunto de medidas e ações citadas por (AUAD, 2021), podemos destacar a importância de intervir em situações em que meninas e meninos estejam sendo preconceituosos, incentivar igualmente meninas e meninos para as práticas esportivas e atividades ligadas a área de exatas, bem como estimular a cooperação entre os estudantes, evitando jogos com “time das meninas” e “time dos meninos”.

No contexto político vivenciado na atualidade, pela população brasileira, torna-se urgente a discussão das relações de gênero em todas etapas do ensino básico, uma vez que tem se fortalecido movimentos políticos e religiosos fundamentalistas, que em prol de defender a sociedade dos “professores doutrinadores” e da ‘ideologia de gênero’, contribuem para o aumento dos preconceitos e violência, no ambiente escolar.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Partindo do pressuposto de que os processos metodológicos adotados funcionam como suporte e diretriz da pesquisa, optou-se pela realização de pesquisa bibliográfica na construção deste trabalho, por meio da qual foram levantadas e discutidas as principais teorias que tratam a respeito da temática abordada, disponíveis em livros, artigos, teses, dentre outras fontes primárias e secundárias.

Sobre o conceito pesquisa bibliográfica:

entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes (PIZZANI et al. 2012, p.54).

A primeira etapa desta pesquisa constituiu-se na escolha e delimitação do tema, através de formulário (Google Forms) disponibilizado pela UNILAB e enviado para o e-mail dos/das estudantes, com o objetivo de distribuir os orientadores/as conforme afinidade com a temática escolhida pelos/as acadêmicos/as. Essa etapa é fundamental para nortear a seleção das referências bibliográficas como escreve Volpato.

Antes de iniciar o trabalho de uma pesquisa bibliográfica, Volpato (2000) recomenda que se tenha claro e definido o tema da pesquisa. Nesta fase, o pesquisador deve formular um título para o seu levantamento bibliográfico e identificar os termos que expressem o seu conteúdo, não só no idioma português, como também em outros, principalmente em inglês por ser o idioma de grande acesso mundial. (VOLPATO 2000, apud PIZZANI et al, 2012)

Com o início das atividades letivas tivemos a oportunidade de socializar a justificativa para a escolha do tema com os demais colegas e tutores em fórum no Ambiente Virtual de Aprendizagem, no qual a tutoria da disciplina de metodologia fez a devolutiva a respeito da viabilidade do tema e adequação da justificativa ao que propôs a docente da disciplina.

Na etapa seguinte tivemos acesso ao ambiente virtual da disciplina de Elaboração de Artigo Científico, onde foram disponibilizadas as orientações para entrega das produções acadêmicas e contato com o orientador responsável pela análise e avaliação das postagens, realizadas a cada quinze dias.

Os textos analisados durante a elaboração deste artigo científico são de autoras/es brasileiras/os e estrangeiras/os que tratam da questão das relações de gênero na escola, com o cuidado de estarem devidamente citadas e referenciadas, conforme orienta Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da UNILAB e a ABNT.

2 COEDUCAÇÃO, GÊNERO E ESCOLA

2.1 AS PRÁTICAS COEDUCATIVAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

As práticas coeducativas ou coeducação conforme define (Auad, 2021) referem-se a uma política educacional que traz consigo um conjunto de medidas e ações a serem implementadas pelos sistemas de ensino e pelas unidades escolares com o objetivo de questionar as desigualdades e hierarquias de gênero no ambiente escolar.

Desse modo a coeducação visa desconstruir a polarização entre o feminino e masculino no ambiente escolar, através da análise práticas e situações escolares que venham contribuir para transformar o aprendizado da separação em vivência de aproximação, onde os/as estudantes coexistam sem desigualdades de gênero.

Entretanto, apesar da escola ressaltar e utilizar as diferenças biológicas como parâmetro para organização dos/as alunos/as nas carteiras das salas de aula, na organização das filas e definição do tipo de brincadeira adequada para o sexo feminino e para o sexo masculino, nota-se que os/as alunos/as, professores/as não são sujeitos passivos a essas imposições, e formam o que Auad (2021) descreve como “núcleos de resistência às relações tradicionais de gênero”, transformando a realidade cotidiana.

Uma menina que brinca ao lado dos meninos. Um menino que se recusa a andar na fila dos meninos. Uma professora que não separa os assentos das cadeiras pelo sexo das crianças. Meninos e meninas que passam o recreio cantando e dançando juntos. Um professor capaz de tolerar igualmente a indisciplina de meninas e de meninos. Todas essas ações individuais ou em pequenos grupos cujo efeito é a formação de núcleos de resistência as relações de gênero tradicionais. (AUAD, 2021, p.78)

A partir do que é descrito pela autora nota-se a importância da ação dos sujeitos, no quanto esses atos de recusa e resistência são importantes para transformar o cotidiano das unidades escolares. Mas, para alcançar a coeducação faz-se necessária uma mudança nos sistemas de ensino, através da atuação de professores/as, pesquisadores/as, secretários/as de educação, coordenadores/as pedagógicos/as e diretores/as de escola, a quem se refere como “agentes de mudança” ou “agentes da coeducação”.

Para o alcance da coeducação são necessárias mudanças desde a legislação educacional, passando pelos sistemas educativos e suas diretrizes curriculares, até a ponta que são as interações entre professoras, professores, alunas e alunos. “Legislação: mudanças podem ajudar a destruir barreiras sociais que impedem o igual acesso e a permanência de meninas, meninos, homens e mulheres nos diversos ramos educacionais. [...]” (AUAD, 2021, p.81) “Sistemas de ensino: os diferentes tipos níveis de ensino e carreira devem ser assegurados a todos. [...]” (AUAD, 2021, p.81) “Currículos: os conhecimentos e valores inscritos nos currículos escolares oficiais podem ser questionados e redefinidos para que sejam asseguradas as percepções igualitárias de gênero. [...]” (AUAD, 2021, p.82) “Interação entre professoras, professores, alunos e alunas: as práticas habituais no sistema educativo podem ser observadas e reconstruídas para que não carreguem um caráter desigual entre o masculino e o feminino. [...]” (AUAD, 2021, p.82).

Essas mudanças são essenciais para implementação da coeducação como política pública, mas enquanto não é alcançada, serve como um ideal motivador para que as escolas transformem seus projetos políticos pedagógicos e práticas cotidianas, visando acabar com as desigualdades e oposição entre o feminino e o masculino no ambiente escolar.

2.2 GÊNERO COMO UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL

A palavra gênero consta no título deste trabalho que se desdobra em compreender a construção das relações de gênero na escola. Desse modo, convém destacarmos onde e a partir de quando a noção de gênero passou a ser utilizada no ambiente acadêmico.

De acordo com Lins et al. (2016, p.25) [...] “O termo “gênero” se popularizou na década de 1990, mas começou a ser utilizado pela teoria social na década de 1970 como forma de propor novas maneiras de pensar as noções de feminino e masculino, além das explicações biológicas, e inserindo-as nas relações de poder.”

Na introdução deste artigo já destacamos a importância de compreender o conceito de gênero como categoria de análise, como uma construção histórica. Essa forma de compreensão do conceito também é defendida por Heleieth Saffioti. A autora traz em sua explicação o gênero enquanto construção histórica em várias instâncias, nas quais feministas com diferentes pontos de vista comungam da ideia do gênero como a construção social.

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretações de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1955) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. (SAFFIOTI, 2004.p. 44-45)

A utilização do conceito de gênero não se contenta com a explicação de que as questões biológicas naturalmente definem as diferenças e comportamentos atrelados ao ser mulher e ser homem. A compreensão de que as diferenças são construídas social e historicamente, leva a reflexão sobre os lugares ocupados por homens e mulheres, e sobre os privilégios acumulados pelos primeiros com a justificativa de serem essencialmente aptos para tal, fortes e competentes.

Os estudos apontam que a condição do feminino e masculino varia em função da época, do lugar e da cultura, e o quanto a sociedade contribui para a construção dos gêneros. Sendo assim, cada sociedade atribui diferentes papéis e expectativas conforme o entendimento que se tem do que é ser mulher ou ser homem.

Em 2015 a prova de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) trouxe uma questão com a expressão “*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*” de Simone de Beauvoir, causando grande repercussão nas redes sociais. Não constava no enunciado a palavra feminismo ou feminista, mas as palavras escritas pela autora na década de 1940 se adequavam tanto ao contexto do ano em que a prova foi aplicada, quanto

aos dias atuais, em que assistimos ao retrocesso das políticas públicas voltadas para as diversidades e direitos das mulheres.

Segundo Louro (2008), a partir da publicação de Simone de Beauvoir, mulheres de diferentes posições, militantes e estudiosas passaram repetir a expressão escrita pela autora como forma de indicar que o modo de ser e estar no mundo, não resultava do ato inaugural de nascer com sexo feminino, mas se constituía numa construção. E a construção do gênero tal qual a construção das sexualidades acontece através de aprendizagens e práticas em diferentes instâncias, como no ambiente escolar.

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (LOURO, 2008. p.18)

Nesse sentido, partindo da ideia de escola como uma das instituições com significativa importância no processo constitutivo dos gêneros, iremos analisar a seguir como ocorre a socialização dos/das alunos/as e de que forma as práticas escolares vêm contribuindo para a acentuação das desigualdades pautadas nas diferenças percebidas entre o sexo feminino e sexo masculino.

2.3 A HIERARQUIA DE GÊNERO PRESENTE NA SOCIALIZAÇÃO DOS/AS ESTUDANTES NO AMBIENTE ESCOLAR

O ambiente escolar, suas regras, currículos, linguagem e formas de avaliar, atuam de forma significativa na produção das diferenças e desigualdades. Primeiro que ao estudarmos a história da escola, notamos que desde a sua criação, ela já se destacava por dividir a sociedade entre quem tinha acesso à escolarização ou não. Quando a clientela se tornou mais diversa, ou seja, quando pobres, negros e mulheres passaram a frequentar a escola, surgiram regras internas que deram continuidade ao que a escola se propunha.

Como pontua Louro (1997), a escola é especializada em separar os sujeitos.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. (LOURO, 1997, p.57)

Cabe questionarmos como se produzem as diferenças no espaço escolar, perceber o quanto são naturalizadas determinadas práticas que delimitam o lugar das meninas e o lugar dos meninos seja na sala ou em outros espaços da escola.

Ao observar a forma como os/as alunos/as são organizados/as nas fileiras de carteiras nas salas de aula, a distribuição de demandas e orientação para as brincadeiras no pátio demonstram a existência de uma hierarquia de gênero que tende a construir polos de valorização e desvalorização dentro desse espaço.

Durante a sua pesquisa de doutorado Daniela Auad observou e fez importantes registros sobre uma escola a qual denominou “Escola do Caminho” onde pode notar que os papéis sociais influenciavam na distribuição dos/das estudantes nas fileiras da classe, no uso da fala, na forma como interagiam e recebiam atenção da professora e na separação durante as brincadeiras e jogos do pátio.

Com relação as brincadeiras no pátio, a autora observou que o aprendizado da separação dos espaços e das brincadeiras de menino e brincadeiras de meninas, além de indicar para as crianças uma definição do que é feminino e do que é masculino, reforçavam a noção de que o espaço público é destinado aos homens. “A dominação do espaço do pátio pelos meninos permite reconsiderar simbolicamente a separação entre o espaço privado, atribuído às mulheres e o espaço público, tradicionalmente masculino [...]” (AUAD, 2021, p.51)

No que se refere as expectativas de comportamento esperado das meninas e dos meninos em sala de aula e demandas endereçadas a cada um, Auad (2021) observou que a tradicional socialização das meninas que reforça uma divisão sexual do trabalho, onde as meninas e mulheres cumprem com obediência o que é esperado delas para que a ordem seja mantida, como uma apresentação exemplar de cadernos e deveres.

Segundo Auad (2021) as construções sociais fundamentadas em estereótipos de gênero prejudicam tanto meninas e quanto meninos. Tomando como exemplo a associação dos meninos a imagem do “bagunceiro” e que recusa a autoridade da professora e é vista como a manifestação esperada da masculinidade. Quando uma menina se comporta dessa forma, diz-se logo que tal atitude não condiz com o feminino.

Em relação às meninas, buscar autonomia e independência ou mesmo se distanciar espacialmente dos adultos, podem ser atitudes percebidas como algo que não combina com o feminino. Mosconi relata que algumas professoras francesas entendiam a indisciplina das meninas até mesmo como um desrespeito no âmbito pessoal. Um dos efeitos dessa postura desigual das professoras diante da indisciplina de meninos e meninas era a diferença de rendimento entre eles. (AUAD, 2021, p.34)

Apesar das mudanças culturais, a socialização dos/das estudantes é marcada pela diferenciação dos sexos, com tendência a definir o comportamento esperado para eles e elas na vida adulta. Mesmo com o surgimento das escolas mistas, com currículos que não fazem a distinção de gênero, as práticas pedagógicas continuam refletindo a segregação, a discriminação que molda comportamentos e disciplina os corpos. Não acabaremos com as desigualdades de gênero apenas misturando meninas e meninas numa sala de aula se não propormos uma coeducação conforme pontuam Auad e Salvador (2015). “[...] Apenas misturar meninas e meninos na escola pode aprofundar o aprendizado da separação, no qual elas e eles estão juntos sem reflexão que vise a igual valorização de gênero e, assim, a mistura pode servir apenas para cristalizar diferenças hierarquizadas e desigualdades. [...]”

2.4 A DINÂMICA DE GÊNERO NA ESCOLA

Se a intenção deste artigo compreender a importância da escola na construção das relações de gênero, faz-se necessário explicar o conceito gênero como uma categoria de análise, como uma construção histórica.

Conforme descrevem Lins et al. (2016).

Gênero, como compreendemos, é um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. (LINS et al. 2016, p.10)

Partindo do conceito descrito pelos(as) autores(as) compreendemos o quão danoso é associar um determinado comportamento ou atividade com base nas diferenças biológicas de pessoas do sexo feminino e do sexo masculino. Quando generalizamos dizendo: “dirige igual mulher” ou “trabalha duro igual homem”, estamos contribuindo para transformar as diferenças em desigualdades através de um processo histórico e cultural que naturaliza os estereótipos de feminilidade e masculinidade.

Observa-se através das frases destacadas no parágrafo anterior, que até quando se diz estar elogiando uma mulher a comparam ao homem, como se o parâmetro para o trabalho fosse o sexo masculino. Em contrapartida, quando se quer diminuir ou ofender a capacidade do homem, o comparam a uma mulher.

E quando paramos para analisar as relações de gênero na escola, nos deparamos com a reprodução das normativas de gênero em relação ao comportamento “X” esperado para as meninas e “Y” para os meninos, conforme apontam Lins et al. (2016).

O comportamento esperado na escola também é marcado por expectativa de gênero. Quando pensamos que “matemática é coisa de menino”, que menina é mais caprichosa”, enfim, que certas coisas são próprias de meninas e outras de meninos, estamos limitando as aprendizagens e as experiências de vida de crianças ou adolescentes. (LINS et al. 2016, p.19)

E se os/as alunos/as não correspondem à essa norma estabelecida? Cabe refletirmos para quem a escola brasileira foi criada, quais são os valores reproduzidos nesses espaços e em razão da manutenção dos privilégios de quem?

No livro *O poder do macho* Heleieth Saffioti enfatiza que a discriminação contra a mulher no Brasil é socialmente construída para beneficiar aqueles que estão no controle do poder político e econômico, poder que é descrito pela autora como: macho e branco.

Nesse contexto, em uma sociedade regida pelo capitalismo e patriarcalismo, as escolas ensinam aquilo que é determinado pelas classes dominantes, que visam preservar as posições de comando ocupadas pelo patriarca branco, adulto e rico.

Cabe ressaltar a abordagem de Saffioti (1987) no que diz respeito à construção da identidade social, baseada nos papéis de gênero que delimitam além das atribuições/atuações da mulher e do homem.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar homem. (SAFFIOTE, 1987, p.8)

Isso nos leva a pensar o papel da escola na contemporaneidade diante desses papéis de gênero estabelecidos e fundamentados em concepções estereotipadas de masculinidade e feminilidade, que traumatizam e limitam a aprendizagem das crianças e adolescentes.

Quando observamos as práticas escolares, a organização dos espaços e brincadeiras e a definição de quem comanda e quem obedece, percebemos que tudo colabora para manter os privilégios e poder de quem se assemelha com o heteronormativo, capitalista e patriarcal. Desse modo, tudo e todos que fogem a esse padrão (mulher, negro, LGBTQIA+, pessoas com deficiência...) não é educado/socializado para ocupar os espaços poder e comando.

Em *Sejamos todos feministas* Chimamanda Ngozi Adichie relata uma situação que vivenciou quando tinha 9 anos e estudava no primário. A autora recorda-se que no início do ano letivo a professora anunciou que o aluno que tirasse a nota mais alta seria o monitor da turma. Chimamanda tirou a nota mais alta, porém, um menino que tirou a segunda nota mais alta foi escolhido para ser o monitor. É notório que houve nesse episódio a naturalização dos papéis de gênero, sobre quem “normalmente” exerce as posições de comando nas escolas, nas empresas, dentre outras instituições.

Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. Se só os meninos são escolhidos como monitores da classe, então em algum momento nós todos vamos achar, mesmo que inconscientemente, que só um menino pode ser o monitor da classe. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar “normal” que esses cargos de chefia só sejam ocupados por homens. (ADICHIE, 2015, p.16-17)

A partir do relato da autora percebemos o quanto a instituição escolar naturaliza condutas discriminatórias que oprimem os/as estudantes. Quantas meninas não deixaram de ser monitoras e líderes de classe, mundo afora, porque alguém achava que eram naturalmente incapazes? Quando meninos são obrigados a “engolir o choro”, a participar do time de futebol enquanto queriam entrar para o balé, “porque futebol é coisa de menino”?

Além de apontar quais situações e atividades escolares favorecem as assimetrias de gênero no ambiente escolar e como as construções sobre o masculino e feminino geram expectativas fundamentadas na diferenças biológicas, esta pesquisa também busca propor soluções que transformem as expectativas e práticas escolares com intuito de alcançar a coeducação defendida por Auad (2021, p.86) “[...] A busca pela coeducação asseguraria a existência de práticas mais igualitárias e menos centradas nas relações de gênero tradicionais que colocam o masculino de um lado e o feminino de outro.”

O termo “soluções”, nesse caso, não se refere a um manual ou receita pronta, mas na atuação do que Auad (2021, p.80) denomina como “agentes de mudanças”, nas secretarias de educação, nas organizações não governamentais, nos sindicatos e, principalmente, nas escolas.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

A partir da pesquisa bibliográfica realizada na construção deste trabalho foi possível observar como se constituem as relações de gênero a partir da socialização dos/das estudantes na escola. Conceituando gênero, partindo do momento em que a palavra gênero passou a ser utilizada no ambiente acadêmico para expressar algo que é socialmente construído e que não se resume às características biológicas, como é sustentado pelo senso comum e pela ala mais conservadora da sociedade.

Dos anos 1970 até os dias atuais, observou-se um crescimento no número de autoras e autores que tratam das questões de gênero, como Heleieth Saffioti e Guacira Lopes Louro, citadas nas seções anteriores deste artigo. Compreender o conceito de gênero é necessário para perceber o quanto a sociedade e a escola, enquanto instituição formal que a integra, perpetuam as desigualdades a partir das diferenças entre os sexos, estabelecendo hierarquias que discriminam e oprimem meninas, mulheres, meninos e homens.

Ao conceituar gênero observamos também que as expectativas e o papéis de gênero são criados e conservados pela sociedade com o objetivo de manter os privilégios e valorização de um sexo biológico, em detrimento do outro. Mesmo numa escola onde estudam meninas e meninos, as relações cotidianas, via de regra, são orientadas por concepções e práticas, que conforme pontua Louro (1997) “são apreendidas e interiorizadas: tornam-se quase naturais”.

Guacira Lopes Louro fala sobre escolarização de corpos e mentes, e em como a escola está organizada para moldar os sujeitos e produzir as “identidades escolarizadas”, através dos aprendizados dos sentidos, gestos, modos de ser e ocupar os espaços:

gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... (LOURO, 1997, p.61)

Louro (1997) não usa a palavra interseccionalidade, conceito fundamental para os estudos de gênero e educação, mas direciona o leitor pensar sobre a inseparabilidade entre racismo, patriarcado e capitalismo, marcadores sociais que segundo a autora se articulam na produção das diferenças no ambiente escolar. “[...] Mas as divisões de raça, classe, etnia, sexualidade e gênero estão, sem dúvida, implicadas nessas construções e é somente na história

dessas divisões que podemos encontrar uma explicação para a "lógica" que as rege." (LOURO, 1997, p.60-61)

Em 1989 a estudiosa afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw trouxe pela primeira o termo interseccionalidade para propor uma análise do que a autora aponta como “sistemas discriminatórios”.

[...] A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Os estudos de Auad (2021), apontam para a compreensão da escola mista como um meio para se chegar na coeducação, que acabaria com as desigualdades de gênero na escola. Além de nos apresentar a este novo conceito, que define o conjunto de políticas educacionais e práticas pedagógicas mais igualitárias, a autora também nomeia e descreve a atuação dos agentes da coeducação que atuariam em ambientes diversos ligados à educação, revendo desde as políticas educacionais, currículos, até as práticas cotidianas em sala aula.

Dentre os resultados obtidos com essa pesquisa, podemos destacar a compreensão de gênero como uma construção social e histórica, como categoria de análise que possibilita a percepção das desigualdades e hierarquias de gênero em nossa sociedade que buscam manter os privilégios e valorização de um sexo biológico, em detrimento do outro.

5 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Pesquisar a importância da escola na construção das relações de gênero mais igualitárias, proporcionou um estudo mais aprofundado sobre o impacto das práticas cotidianas na produção das diferenças no ambiente escolar, que vão desde a escolha dos livros didáticos, organização da classe, definição das brincadeiras, ocupação dos espaços da escola e intervenção por parte do docente em condutas preconceituosas e discriminatória

Compreender gênero como uma construção histórica e social é fundamental para análise das relações hierárquicas estabelecidas na socialização dos/as estudantes na escola, que não acontece de maneira neutra, mas reproduz preconceitos e desigualdades da sociedade em que

está inserida. Um exemplo disso, é quando o espaço do pátio da escola é dominado pelos meninos, isso reflete simbolicamente a separação do espaço privado atribuído às mulheres e espaço público tradicionalmente ocupado pelos homens.

Conforme exposto, o aprendizado da separação, é prejudicial para todos os estudantes, independente do sexo biológico, gênero ou orientação sexual, pois são criadas expectativas estereotipadas tanto de feminilidade e quanto de masculinidade. Espera-se que as meninas sejam organizadas, delicadas e cuidadosas, e que os meninos por sua vez sejam fortes, competitivos e gostem de futebol.

Observamos que alunas/alunos e professoras/professores não são sujeitos passivos e muitos resistem em cumprir essas expectativas a respeito do modo de ser e estar na escola, porém ainda não é o suficiente para alcançar a coeducação e relações igualitárias de gênero.

Considerando que esta pesquisa partiu do desejo de investigar como a escola pode contribuir na construção de relações de gênero coeducativas, o texto aponta que as concepções e práticas escolares discriminatórias, de tão repetidas, tornam-se “naturais” e, somente a partir do questionamento dessa naturalização, que se torna viável pensar na mudança e proposição práticas coeducativas por parte de todos que convivem na escola. A partir disso, torna-se necessário, dentre outras medidas, acabar com o segregacionismo nas escolas, para que meninas e meninos ocupem igualmente cargos de liderança, para que as meninas sejam tão ouvidas quanto os meninos nas salas de aula e que a diferença entre os sexos jamais seja usada para determinar quem tem maior ou menor habilidade para práticas esportivas ou desempenho em disciplinas.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**/ Chimamanda Ngozi Adichie; tradução Christina Baum. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AUAD, D.; SALVADOR, R. B. **Políticas Públicas e Coeducação**: o Desafio da Democratização a Partir das Relações de Gênero em uma Perspectiva Feminista. *ORG & DEMO*, Marília, v. 16, p. 37-58, 2015, Edição Especial

AUAD. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola / Daniela Auad — 2. ed. — São Paulo: Contexto, 2021.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 27 Jan. 2021.

LINS, Beatriz Accioly. **Diferentes, não desiguais**: a questão do gênero na escola/Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura. — 1a ed. — São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v 19, n.2 (56) – maio/ago.2008

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista / Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos da Diversidade/Sexualidade**. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual - PR, 2009. 216p.

PIZZANI et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012 – ISSN 1678-765X

SAFFIOTI, H.I.B. O conceito de gênero. IN: SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. Capítulo 2, páginas 44-45.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira. Sistema de Bibliotecas da Unilab. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da Unilab**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira. **Sistema de Bibliotecas da Unilab**. - Acarape, CE, 2020.

VOLPATO, E. S. N. Pesquisa bibliográfica em ciências biomédicas. **J. Pneumol.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 77-80, mar./abr. 2000.